

CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Donas-de-casa, Mães, Feministas, Batalhadoras: mulheres nas eleições de 1994 no Brasil

A presença da mulher como sujeito no jogo político institucional no Brasil tem sido historicamente frágil. O crescimento do feminismo no país a partir da década de 70 e as conquistas do movimento ao nível dos direitos da mulher não foram suficientes para mudar significativamente este quadro. Até as últimas eleições para o Congresso Nacional (1990) o número de mulheres candidatas e eleitas era bastante pequeno e menor ainda era a presença do tema dos direitos da mulher nos discursos eleitorais.

O artigo que ora introduzo tem como propósito discutir as posições das mulheres enquanto candidatas nas recentes eleições de 1994. Interessa-me saber se as candidatas usaram o fato de serem mulheres para buscar votos; como ser mulher foi discursivamente construído; em que medida as candidatas incorporaram em seus discursos a agenda do movimento feminista. Enfim, até que ponto as mulheres e os temas da agenda feminista ganharam espaços no quadro da disputa eleitoral¹.

As eleições de 1994 foram, sem dúvida, as mais complexas da história brasileira, não somente pela importância e o grande número de cargos em disputa, mas também pela própria história recente do país marcada pelo *impeachment* do primeiro presidente eleito diretamente pós-ditadura militar e pelos sucessivos escândalos de corrupção no interior do Legislativo. Conseqüência disto, o processo eleitoral passou a ser vivido e, mais do que isto, constituído pelos candidatos como o marco de uma nova era, onde a corrupção não deveria ter mais lugar e os grandes problemas nacionais poderiam começar a ser equacionados.

Em decorrência deste quadro, houve uma preocupação constante com provas de honestidade e com demonstrações da existência de projetos sérios para o país e para os estados por parte dos candidatos. Esteve sempre muito presente no desenrolar da campa-

¹ O presente artigo foi concluído na primeira semana de outubro de 1994, devido aos prazos da revista. Decorre disto que os dados gerais para o Brasil ficaram prejudicados, assim como a análise dos resultados eleitorais.

² Como a maioria dos candidatos a cargos legislativos, principalmente aqueles que concorrem pela primeira vez, chega à política através de atuação destacada em órgãos de classe, sindicatos ou por atividade profissional em regiões ou cidades específicas, é bastante corrente que estes candidatos apresentem-se como representantes de uma categoria ou região com propostas específicas.

³ A título de exemplo do que estou afirmando, selecionei aleatoriamente um Programa Eleitoral Gratuito de Televisão dedicado aos candidatos às eleições proporcionais, transmitido em Rede Regional de Televisão às 20:30 h, quando, durante 60 minutos, apresentaram-se 79 candidatos a deputado estadual e federal de todos os partidos do Rio Grande do Sul. Destes, apenas oito referiram-se a eleitores específicos, tipo caminhoneiros, professores, inquilinos, 14 usaram o tempo para falar de suas biografias pessoais e políticas; os 57 restantes falaram dos grandes temas da campanha mesmo que algumas vezes a partir de problemas regionais.

⁴ Mulher e Política no Brasil, *Revista Estudos Feministas*, número especial, 2º semestre 1994, p. 256-270.

na o esforço de afastar o fantasma das eleições de 1989, marcadas pela pirotecnia do *marketing* de Fernando Collor. Se existiu uma estratégia em termos de *marketing* compartilhada por todos os candidatos em 1994, esta foi a de demonstrar uma postura séria e comprometida com os reais problemas nacionais.

Outra característica marcante do processo em 1994 foi a grande coincidência de temas tratados pelos candidatos. Mais do que posições políticas e alianças eleitorais, a agenda da campanha foi determinada pela crise sócio-econômica que atinge o país nos últimos 10 anos e pela necessidade dos pretendentes, principalmente a cargos executivos, de provar que encontraram a solução. A centralidade aí colocada deslocou para um discretíssimo segundo plano os temas de grande popularidade nas democracias consolidadas em países menos problemáticos do que o Brasil, tais como ecologia, direitos das minorias etc.

Se, em geral, as características acima são mais facilmente encontradas nas eleições majoritárias, ficando em princípio os temas mais específicos para os candidatos às proporcionais, esta tendência em 1994 não se verificou completamente. Também os candidatos aos cargos legislativos tenderam a minimizar interesses corporativos em favor de grandes temas, ou pelo menos em favor da discussão destes em nível regional ou até mesmo municipal², ao contrário do que costumava acontecer em eleições anteriores, onde a extração profissional e a atuação sindical do candidato eram bastante determinantes de seu discurso³.

Considerando esta tendência do discurso eleitoral, a questão que me ocupará nas páginas seguintes refere-se à posição da mulher enquanto candidata e do tema dos direitos da mulher levantado historicamente pelo movimento feminista. Em outra oportunidade, argumentei que as mulheres não haviam conseguido articular suas lutas às lutas mais gerais da sociedade e que isto provocava seu isolamento em geral e das feministas em particular no jogo político eleitoral⁴. Em uma situação onde os interesses gerais tenderam a pautar o espaço discursivo deixando pouco campo de manobra para a explicitação de interesses específicos e/ou corporativos, a questão, que se faz necessário responder, refere-se ao espaço encontrado pela mulher para se candidatar e expressar a luta por seus direitos.

No presente artigo, examinarei duas dimensões da participação da mulher em um processo eleitoral: a primeira refere-se ao significado da presença da mulher enquanto candidata; a segunda preocupa-se com a presença de um discurso feminista e/ou de defesa dos direitos das mulheres nas campanhas das candidatas.

⁵ Em panfletos de alguns candidatos (homens) no RS, encontram-se referências aos direitos da mulher. Nos programas dos dois principais candidatos à presidência, FHC e Lula, aparecem com considerável detalhe pontos de defesa dos direitos da mulher. No presente texto não analisaremos particularmente esta presença, chamando apenas a atenção para o fato de que, mesmo quando aparece maquiada, aponta para a importância do tema, que passa a participar das categorias dos que não podem ficar de fora

Estas duas dimensões não se correspondem necessariamente: tanto há candidatas que nem mesmo referem-se ao fato de serem mulheres, como há candidatos homens que tanto no programa eleitoral de televisão como em seus panfletos de propaganda incorporam as questões dos direitos da mulher⁶.

O texto que se segue está dividido em duas partes: na primeira ocupar-me-ei das mulheres candidatas a cargos majoritários em diversos estados no Brasil; na segunda parte, trabalharei com as candidatas à Câmara de Deputados e à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Nesta segunda parte usarei como material de análise as transcrições do Programa Eleitoral Gratuito de TV e os panfletos de propaganda eleitoral das candidatas. A escolha deste estado se deu unicamente em função da facilidade de acesso ao material. Assumo que esta restrição limita as conclusões. Todavia, se, por um lado, as características encontradas no Estado não podem ser extrapoladas para o conjunto do país, por outro, não são tão distantes deste, ao ponto de não poderem ser tomadas como indicadores de tendências.

As mulheres nas majoritárias

Deve-se salientar que é bastante pequeno o número de mulheres em relação ao conjunto dos candidatos para as eleições majoritárias: 12 candidatas ao Senado; 12 candidatas a governadora; 12 a vice-governadora; duas a vice-presidente. Aos cargos proporcionais, legislativos estadual e federal, infelizmente no presente não disponho dos dados para o conjunto do país. No Rio Grande do Sul, são 13 candidatas à Câmara de Deputados e 22 à Assembléia Legislativa, representando menos de 6% dos candidatos gaúchos de todos os partidos.

Se tomarmos as candidatas aos cargos majoritários ou à Câmara de Deputados e aos legislativos estaduais observaremos igualmente que chegaram à política por duas vias: um grupo pertence a famílias de políticos, o outro compõe-se de mulheres que tiveram militância partidária ou sindical ou grande destaque em suas atividades profissionais. Os candidatos homens também chegam à política da mesma forma, mas o que me interessa é apontar a peculiaridade que estas vias tomam no caso da mulher. O primeiro grupo composto por mulheres que chegaram à política por laços familiares poderia ser chamado de grupo das "Donas", numa referência à mulher dona-de-casa que teria um "papel especial" a desempenhar na política por ter um papel especial a desempenhar na sociedade como esposa e mãe. Este tipo ideal de mulher está muito presente no discurso cotidiano dos políticos e autoridades governamentais, principalmente quando o tema é o custo de vida⁶.

⁶ A fala de Fernando Henrique no Programa Eleitoral Gratuito de 2 de setembro levado ao ar às 20 30 h é um bom exemplo deste uso. Falando sobre os críticos ao plano real afirma: "a senhora sabe que isto não é verdade (...) É por isto que as donas-de-casa, que mais entendem de economia, aprovam o plano".

Estas mulheres que chegam à política através de laços familiares são, neste pleito, candidatas preferentemente a governadora e vice-presidente: as candidatas a governadora Angela Amin, em Santa Catarina; Lucia Vanla, em Goiás; Lúcia Braga, na Paraíba; Roseana Sarney, no Maranhão, e as candidatas a vice, Íris Rezende e Gardênia Gonçalves, são excelentes exemplos deste tipo de candidatura.

As duas candidatas a vice-presidente são mulheres não profissionais casadas com políticos que no mínimo ocuparam cargo de governador de estado. Íris não tinha até então qualquer experiência em cargos eletivos; Gardênia foi prefeita da cidade de São Luís do Maranhão. A situação destas duas candidatas é significativamente diferente da posição das candidatas a governadora, pois estas últimas, apoiadas no nome político da família ou do marido, entram na disputa com reais chances de vitória. Já as candidatas a vice têm situação distinta. Amin e Quércia foram candidatas que chegaram à disputa da presidência em uma situação bastante difícil e com poucas chances de obter uma votação expressiva; daí a presença das mulheres ter de ser pensada tanto considerando que houve dificuldade para os candidatos encontrarem companheiros para uma caminhada já fadada desde o seu início à derrota, como considerando que a busca de candidatas mulheres tenha sido uma tentativa de aumento de possibilidade de voto.

No programa eleitoral gratuito levado ao ar na televisão ou no noticiário da imprensa escrita, as mulheres candidatas à vice-presidência tiveram muito pouco espaço, mas quando lhes foi dado falar se colocaram sempre e antes de tudo como esposas e mães. Tratam, mesmo assim, de articular os novos espaços conquistados pela luta do movimento feminista a seu favor. Perguntada em entrevista à *Folha de S. Paulo* por que havia aceito o convite para ser vice-presidente de Quércia, Íris responde: "Porque representa não uma homenagem, mas um reconhecimento do trabalho da mulher. Temos uma participação feminina pequena na vida do país. Eu defendo esta mensagem (sic) de maior participação da mulher. A mulher não deve ser apenas massa de manobra, mas sim participar das decisões políticas"⁷.

De forma semelhante, Gardênia Gonçalves assim se refere quando fala de sua atuação à frente da prefeitura de São Luís: "Anos atrás ninguém poderia imaginar que uma mulher poderia ser prefeita e muito menos viver um episódio como eu vivi"⁸. Tanto a presença como os discursos destas mulheres estão bastante distanciados de candidaturas feministas ou da defesa dos direitos da mulher. Pelo contrário, apresentam-se como o caso concreto da dona-de-casa ideal. Mesmo

⁷ *Folha de S. Paulo*, 22/05/1994, Caderno 1, p. 14.

⁸ Transcrito do Programa Eleitoral Gratuito transmitido pela televisão dia 2/09/1994 às 20:30 h

assim elas não são um elo perdido na cadeia da luta feminista: circulam na esfera mais conservadora da sociedade, tanto dos partidos a que pertencem como dos eleitores a quem se dirigem prioritariamente, e a aceitação, por eles, de que uma mulher tradicional, esposa de político, possa ocupar uma candidatura do porte de uma vice-presidência, é revelador de uma nova forma de pensar os espaços femininos diluída na discursividade social que atinge até os grupos mais conservadores. Como contraponto deve-se enfatizar que estas posições representavam sacrifício para os políticos de ambos os partidos devido à escassa possibilidade de vitória eleitoral tanto de Amin como de Quércia.

Em suma, estas mulheres aparecem na política em espaços não desejados pelos homens, em disputas perdidas *a priori*, o que em nada contribui para o aumento da representatividade da mulher enquanto cidadã na política. Também por suas posturas tradicionais, o pequeno espaço que conseguem na imprensa e nos programas eleitorais gratuitos não é usado para expor questões que digam respeito aos direitos da mulher. Mesmo com estas limitações, suas presenças revelam que a luta por espaços na política chega num efeito cascata aos grupos mais conservadores da sociedade. O rompimento da caracterização do espaço político como um espaço eminentemente masculino representa um real alastramento da possibilidade de participação política da mulher no país.

As 12 candidatas a governadora apresentam perfis variados, a revelar outras facetas da participação da mulher na política. Para melhor defini-las, é interessante observar os dados abaixo:

CANDIDATAS A GOVERNADORA

Estado	nome	partido	%votos
AL	Angela Canudo	PDT	1%
CE	Rosa Fonseca	PSTU	1%
DF	Maria Abadia	PSDB	22%
ES	Rose Freltas	PSDB	5%
GO	Lucia Vania	PP	21%
MA	Roseana Sarney	PFL	51%
MS	Rita Lima	PRONA	2%
PB	Lucia Braga	PDT	43%
PR	Rosemeri Krenden	PRN	1%
RO	Elvira Fonseca	PT	0%
SC	Angeia Amin	PPR	40%
SE	Vera Tourinho	PRN	1%

Fonte: Jornal Zero Hora, 2/10/1994.

⁹ Das 12 candidatas a governadora, nenhuma elegeu-se em primeiro turno e as quatro que passaram para o segundo turno são as citadas acima, três esposas de ex-governadores e uma filha de ex-presidente da República.

Pode-se identificar três grupos. O primeiro é formado por mulheres com ligações familiares, que por impedimento ou outros interesses de pais e maridos disputam o governo. Ao inverso das vices, suas presenças significam a continuidade de um grupo no poder e, por isto, todas têm chances reais de se eleger⁹. O segundo grupo, bastante reduzido, é formado de candidatas com boa perspectiva de votos e com carreira política própria, como a candidata a governadora do Distrito Federal, Maria Abadia, que construiu sua carreira política como administradora de cidade-satélite e posteriormente como deputada federal.

Finalmente, o terceiro grupo é formado de candidatas com um percentual insignificante de votos e pertencentes na maioria das vezes a partidos sem nenhuma tradição, como é o caso do PRONA e PRN. Mesmo quando estas candidatas pertencem a partidos consolidados como o PT e o PSDB, nota-se a fragilidade na intenção de votos. Infelizmente não disponho de dados sobre elas para fazer afirmações mais categóricas sobre como se construíram. Mesmo assim, dentro da lógica que preside o processo de escolha de candidaturas, parece razoável afirmar que a presença destas mulheres como candidatas corresponde a um baixo valor destes postos no mercado de cargos em disputa no interior dos respectivos partidos.

A nominata de mulheres candidatas ao Senado Federal apresenta características distintas se comparada com as candidatas a vice e a governadora. Além da presença de mulheres com grande nome na política nacional como Benedita da Silva e Luiza Erundina, a listagem contou com nomes que conseguiram êxito a partir de experiência política regional ou mesmo municipal. É surpreendente que, das 12 candidatas ao Senado, quatro tenham sido eleitas, entre elas Emília Fernandes, candidata pelo PTB e eleita senadora pelo estado do Rio Grande do Sul¹⁰. Em pesquisa publicada pelo jornal *Zero Hora* de 18 de julho, a candidata estava em 9º lugar na preferência do eleitor, com 3% das intenções de voto e era completamente desconhecida do eleitorado do Estado. Na pesquisa de boca-de-urna do dia 3 de outubro, a candidata estava empatada em segundo lugar com 19% das intenções de voto, com dois outros candidatos¹¹. Como se deu o fenômeno Emília?

Emília Fernandes é professora do interior do Estado, líder municipal do sindicato dos professores e vereadora por três legislaturas na cidade de Santana do Livramento. Foi candidata ao Senado pelo PTB, partido que no Rio Grande do Sul tem como peculiaridade ser praticamente sinônimo de Sérgio Zambiasi, dono da maior audiência de rádio do Estado e da voz em *off* que apresentou a professora no Programa Eleitoral Gratuito na

¹⁰ As outras candidatas eleitas foram: Benedita da Silva, PT, Rio de Janeiro; Marluce Pinto, PTB, Roraima; Marina Silva, PT, Acre. Permanece no Senado com mais quatro anos de mandato Junia Marise, PDT, Minas Gerais.

¹¹ Pesquisa boca-de-urna Datafolha publicada em *Zero Hora* de 4/10/1994

televisão. Para analisar o crescimento de Emília Fernandes deve-se tomar em consideração tanto a presença de Zambiasi como a própria fragilidade dos demais candidatos ao Senado pelo Rio Grande do Sul. Entretanto, isto parece não ser o suficiente para explicar sua vitória. A questão que gostaria de responder aqui é a de até onde o fato de ser mulher influenciou no crescimento de sua candidatura.

No decorrer do Programa Eleitoral Gratuito, Emília Fernandes discorreu sobre um conjunto de temas discutidos pelos candidatos ao governo do Estado e demais candidatos ao Senado: educação, saúde, transporte, lisura na política e interesses do Rio Grande do Sul frente ao governo federal. Por sua extração profissional, sua ênfase maior foi na educação e nas condições salariais dos professores. Em nenhum momento Emília referiu-se às mulheres e seus direitos, mesmo quando repetidas vezes falou do magistério estadual: nunca apontou para o fato de ser esta uma ocupação majoritariamente feminina. Ainda assim, foi uma presença feminina muito forte, quer por sua cuidada aparência, quer pela forma como se colocava discursivamente. Quando do seu primeiro programa na televisão, Emília apresentou-se da seguinte forma:

“O meu desejo é que me conheçam e entendam a minha proposta como a primeira e única candidata ao Senado na história do Rio Grande do Sul. Nasci em Dom Pedrito, logo me mudei para Santana do Livramento onde cresci na companhia de meus pais e irmãos. Lá me formei professora, me casei, tive dois filhos e dois netos. Minha família é minha motivação e razão de viver. Tenho uma história de lutas nos movimentos sociais e sindicais. Quero expor minhas idéias e abrir meu coração para vocês”¹².

É nesta rápida apresentação a única vez que Emília se coloca como candidata a partir do fato de ser mulher. A primeira frase que diz ao leitor é para inaugurar uma situação nova: uma mulher candidata. O fato de ser mulher aparece como central: é a ela que pede que conheçam e entendam. Esta forma de se introduzir ao eleitor poderia indicar que ao longo dos programas de televisão Emília reforçaria esta posição, o que não aconteceu. Isto possivelmente deve-se à forma positiva e até agressiva como Emília constrói sua imagem de política bastante distante de uma dócil avó.

Na construção de sua condição de mulher, Emília dá grande centralidade à família: antes de falar de suas atividades profissionais e políticas, enfatiza o ambiente familiar em que cresceu e vive. Sua identidade como mulher se configura nas expressões “minha família é minha motivação e razão de viver” e “abrir meu coração”. É interessante observar como estas expressões estão associadas à identidade feminina. Seria difícil imaginar

¹² Transcrito do Programa Eleitoral Gratuito transmitido pela televisão dia 2/08/1994 às 22 30 h (cadeia regional RS).

um candidato homem dizendo estas frases em uma campanha eleitoral.

A centralidade na mulher dedicada à família está também presente em panfletos de propaganda de Emília, onde é apresentada por Zambiasi da seguinte forma: "A professora Emília Fernandes é a primeira mulher gaúcha na história do Rio Grande do Sul que disputa uma vaga para o Senado Federal. Ela é mãe, avó, vereadora e sindicalista de fibra, de luta, comprometida em levar propostas de mudanças para Brasília para melhorar a vida da nossa gente".

Parece, portanto, razoável afirmar que a candidata a senadora combina uma identidade de mulher tradicional, a exemplo das candidatas a vice, com uma posição de sindicalista e de política engajada. A segunda característica não subverte a primeira, daí a ausência de qualquer aspecto da agenda feminista em seu discurso. Parece razoável ser esta uma das explicações para a sua surpreendente votação no Estado, principalmente no conservador interior: uma mulher que não abriu mão do que a sociedade em sua face mais tradicional espera de uma mulher e mesmo assim tornou-se uma política.

As mulheres nas proporcionais

O estado do Rio Grande do Sul tradicionalmente não tem eleito mulheres para a Assembléia Legislativa e a Câmara de Deputados. Para a primeira, são sete as mulheres eleitas ao longo de toda a história gaúcha. Para a Câmara, jamais havia sido eleita uma mulher. Nas eleições de 1994, em um universo de 612 candidatos à Câmara de Deputados e à Assembléia Legislativa, as mulheres eram 35. Destas, 13 foram candidatas à Câmara de Deputados e 22 à Assembléia Legislativa. Estavam distribuídas nos partidos da seguinte forma: para a Câmara dos Deputados, a Frente Popular tinha seis candidatas, o PSDB três, o PRN também três e o PPR uma; para a Assembléia Legislativa, a Frente tinha 12 candidatas, o PPR duas, o PRN duas, e o PSDB, o PMDB, o PDT, o PMN, o PTB e o PP uma candidata cada.

Dos dados acima o que chama mais a atenção é a concentração de candidatas na Frente Popular liderada pelo PT, seguida pelo PSDB, e, por outro lado, o reduzido número e até mesmo a ausência de candidatas em partidos tradicionais como PDT, PMDB, PFL e PPR. Esta distribuição parece não poder ser explicada apenas por razões ideológicas. Certamente os partidos com visão de mundo mais progressista tendiam a aceitar melhor a presença de mulheres. Entretanto, as razões mais plausíveis para esta distribuição são tanto o próprio tipo de organização partidária (certamente mais

democrática do que em partidos mais tradicionais) como as formas que toma nestes partidos a luta interna das mulheres para ocupar espaços. Em relação a esta segunda característica, o que estou querendo afirmar é que estes partidos são menos estratificados, têm lideranças menos consolidadas e espaços ainda disponíveis para serem disputados. Com relação ao grupo como um todo, interessa-me primordialmente o perfil das candidatas e a identidade que tomam enquanto mulheres-candidatas. Das 13 candidatas a deputada federal, não encontrei qualquer informação sobre as três candidatas do PRN e sobre Jaci Borges da Silva, do PSDB. Em relação às três primeiras é mister apontar para o fato de o partido não ter qualquer relevância no Estado e não ter feito campanha fora do horário gratuito da televisão; os nomes destas mulheres, portanto, não são reveladores de qualquer posicionamento do partido, pois elas podem estar nesta lista pelas razões menos políticas possíveis.

Das outras nove candidatas, a característica comum mais definidora de seus perfis é o destaque que tiveram como mulheres profissionais e ocupantes de cargos públicos, como por exemplo Esther Grossi e Maria Luiza Jaeger, ambas do PT e secretárias municipais, respectivamente da Educação e da Saúde; Yeda Crusius, do PSDB, que foi Ministra do Planejamento; e Mercedes Rodrigues, também do PSDB, que foi Secretária do Trabalho e Ação Social, no Rio Grande do Sul, na gestão de Pedro Simon. Duas outras candidatas do PT destacaram-se como lideranças sindicais e uma terceira como dirigente partidária.

Os panfletos de propaganda destas mulheres candidatas são muito ocupados pela exposição do currículo numa clara preocupação com a competência. Elas são muito mais qualificadas proporcionalmente que os companheiros homens. Mesmo assim, nos panfletos de propaganda há uma repetida preocupação com a competência expressa nas atividades exercidas, na qualificação acadêmica como também nas propostas de atuação. Esther Grossi, por exemplo, que fez uma campanha calcada na idéia de paixão, é apresentada em seus panfletos como "uma das maiores autoridades brasileiras no campo da educação. Ela une uma sólida formação universitária - é Doutora em Psicologia da Inteligência, pela Universidade de Paris - com muitas atividades no campo político e administrativo".

A preocupação exagerada com a competência profissional destas mulheres em seus panfletos de propaganda eleitoral parece indicar uma necessidade de contrabalançar a própria condição de mulher (a tradicional esposa, mãe, avó). A questão que se coloca, portanto, é a de como as candidatas articulam no seu

discurso a identidade feminina sem cair na caricatura da esposa e mãe. Como já afirmei anteriormente, a explicitação da condição de ser mulher e uma postura feminista obrigatoriamente não coincidem. Um exemplo de candidata que se apresenta como mulher mas que não se coloca como defensora dos direitos da mulher é Carmem Dreyer, do PPR. Sua fala na TV inicia-se assim:

“Hoje venho até vocês na confiança de que velhos preconceitos foram derrubados porque a mulher cada dia que passa se mostra mais atuante, especialmente nos grandes problemas que a nossa sociedade enfrenta. Minha luta é pela educação e valorização profissional, melhores condições de vida e salários dignos para o magistério”¹³.

¹³ Transcrito do Programa Eleitoral Gratuito de televisão de 18/08/1994

Esta é uma forma tradicional de a mulher apresentar-se, e bastante próxima do exemplo de Emília Fernandes. São candidatas que sem nenhuma tradição em movimentos de mulher ou feminista usam da legitimidade da posição pública da mulher para se postular como tal. É, pois, apenas uma postura retórica de propaganda na medida em que estas mulheres não são capazes de avançar em propostas que minimamente se relacionem com as questões dos direitos das mulheres.

Outra posição, distinta desta, mas não menos interessante, é a da candidata Esther Grossi. Esther tornou-se uma mulher muito popular no Rio Grande do Sul por duas razões completamente distintas: é reconhecida como grande educadora com projetos de muito sucesso na área de educação popular e é conhecida por sua extravagância; usa cabelos pintados de verde, rosa, lilás e grande quantidade de bijuteria. Ninguém fala em Esther Grossi no Estado, sem antes referir-se a suas roupas, seus cabelos e suas bijuterias. Entretanto, esta mulher intelectual e caricatamente feminina, que fez sua campanha com o *slogan* Cometa Paixão, em nenhum momento, quer nas rápidas aparições na televisão, quer no seu farto material de propaganda escrita, falou da condição da mulher ou apontou a necessidade de defesa de seus direitos.

A candidata escancara sua condição de mulher levando-a ao exagero. Ao contrário de suas companheiras competentes do próprio PT e do PSDB, que buscam uma total neutralidade em relação ao sexo, Esther sexualiza a candidatura sem no entanto sexualizar sua plataforma que, voltada totalmente para a educação, não se refere nem mesmo ao sexismo dos livros didáticos ou às oportunidades desiguais para meninos e meninas.

No outro extremo, em relação a Esther, está Mercedes Rodrigues, candidata do PSDB. Seguramente é, entre as candidatas a deputada federal, a que mais se identifica com o feminismo, participando do movi-

mento através de conselhos da condição da mulher e do departamento da mulher no PMDB, quando pertencia a este partido. Mercedes traz em sua campanha a marca da mulher que lutou sempre nos cargos que ocupou pelos direitos da mulher, principalmente durante o período em que foi presidente da LBA estadual. Deve-se ter claro em relação à candidata que ela não chegou à política partidária via movimento feminista; muito pelo contrário.

Do material de campanha de Mercedes Rodrigues, um é particularmente interessante para se observar a forma como uma mulher que se coloca como feminista articula esta posição com o intuito de conseguir votos. O panfleto consta de duas páginas tamanho tablóide. Na primeira, há três matérias: com o título *Mude a Cara do Congresso*, um texto impessoal fala da pouca representatividade da mulher naquela Casa e da necessidade de aumentar seu número; *Caro Leitor* é um pequeno texto em que Mercedes fala de competência no Congresso Nacional expondo, em negrito, sua plataforma - saúde, educação, salário justo e emprego; no último texto, *Uma Vida de Lutas*, aparece a luta da candidata desde muito moça pelos professores.

O verso do panfleto tem como título geral *Defensora dos Direitos da Mulher* e traz todas as suas realizações em favor das mulheres quando foi presidente da LBA. Entretanto, surpreende a segunda metade da página ocupada por três fotos de Mercedes com Fernando Henrique, Simon e Antonio Britto, onde ao lado de cada uma é citada uma frase do político avalizando sua candidatura. A frase de Britto é paradigmática da posição que a própria mulher aceita ter na política, na medida em que foi reproduzida como propaganda eleitoral: "Eu conheci a Mercedes em todas as circunstâncias que a vida política pode revelar, mas nunca a vi sem competência, sem dignidade e lealdade. Por isso, é mais do que a eleição de uma mulher. É a eleição de um político competente e preparado para ser deputado federal".

A fala de Antonio Britto é reveladora: para qualificar Mercedes retira dela sua condição de mulher. É evidente que ser apenas uma mulher não qualifica ninguém para um cadeira na Câmara Federal. No entanto, parece que para Britto isto a desqualificaria na medida em que para falar das qualidades de Mercedes a chama de político e de deputado, ocultando seu sexo.

O panfleto de propaganda de Mercedes revela uma postura dúbia em relação ao feminismo e a sua própria militância. A presença de políticos homens dando seu aval e o revelador elogio do então candidato do PMDB ao governo do Estado mostram a necessidade de a

candidata apresentar-se com um perfil mais alargado, mais de acordo com o próprio perfil da campanha como um todo.

Mercedes é antes de tudo uma mulher competente, acima da média. Da mesma maneira apresenta-se Yeda Crusius, a outra candidata do PSDB a deputada federal. O caminho de Yeda é, no entanto, inverso: enquanto Mercedes é uma mulher envolvida com a luta pelos direitos femininos, que trata de provar que é competente em qualquer situação, Yeda, economista, professora universitária que ocupou o Ministério de Planejamento por pouco mais de três meses, trata em sua campanha de incorporar alguns itens da luta pelos direitos da mulher. Em um panfleto dissertativo de duas páginas, onde descreve o que será sua atuação na luta pelo "emprego em uma economia aberta e democrática", entre muitas outras ações aparecem programas de saúde integral da mulher e programas de casa própria para mulheres chefes de família.

A forma como as questões relacionadas com o direito das mulheres aparece na propaganda eleitoral de Yeda está muito próxima da encontrada nos panfletos de candidatos homens. Isto é, o discurso dos direitos da mulher está colocado de forma estratégica com o intuito de mostrar que a candidata ou candidato está atento para a questão. Do mesmo modo que o aparecimento da clássica mãe de família no cenário das candidaturas é revelador de uma nova posição da mulher no espaço público, a presença da agenda feminista em discursos de propaganda política de candidatos (homens e mulheres não identificados com o feminismo) é reveladora do espaço que a questão conquistou ao longo dos anos de luta do movimento. Partindo da premissa, bastante óbvia, de que o texto de um pequeno panfleto de propaganda é construído dentro de uma estreita lógica de custo e benefício, a presença do tema dos direitos da mulher entre candidatos não militantes é particularmente indicativa desta situação.

Entre as candidatas a deputada federal, apenas uma enfatiza sua militância em movimentos de mulher: vinda do interior do estado, Marlise Fernandes é uma jovem de 27 anos que destaca em seus panfletos de propaganda um currículo de militante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de membro da comissão de mulheres da CUT em nível nacional e de participante de eventos feministas no Chile e no México. É interessante observar que, apesar desta ênfase, nos panfletos de propaganda eleitoral os direitos femininos não aparecem como prioritários em sua virtual atuação na Câmara de Deputados. Ao contrário de outras candidatas que

apontam lutas específicas das mulheres em meio a uma listagem de propostas diversas, Marlise trata de partir do específico para o geral, da luta contra a discriminação da mulher para a luta contra todas as discriminações. Em um de seus panfletos lê-se: "Uma de minhas propostas é construir, com você, um país onde as mais diversas formas de discriminações sejam combatidas. Onde se possa desenvolver todas as potencialidades e virtudes do ser humano".

Finalmente, entre as candidatas a deputada federal aparece um terceiro tipo, cujo melhor exemplo é Maria Luíza Jaeger. A candidata apresenta-se através de um currículo que destaca sua militância no PT, sua qualificação profissional e o cargo público que exerceu: Secretária Municipal da Saúde. Em nenhum momento menciona o fato de ser mulher, nem tampouco articula a sua plataforma de defesa da saúde pública qualquer das reivindicações dos movimentos de mulher e/ou feminista. Esta ausência é significativa, pois a questão da saúde tem sido uma das preocupações prioritárias desses movimentos. Seria de se esperar que na propaganda eleitoral de uma mulher do PT, ligada à área, este fosse um tema de destaque.

No conjunto, as candidatas a deputada federal no estado do Rio Grande do Sul, no que pese haver exceções, tendem a ter alguma forma de identidade com as questões dos direitos da mulher, mas sem uma história de engajamento no movimento feminista. Não buscam uma identificação com estas lutas. A presença de questões referentes ao direito das mulheres, mais do que uma atitude militante, é o reconhecimento de sua importância como tema interpelador e que permite a identificação com o eleitor. Neste particular, estas candidatas não diferem em sua posição de vários candidatos homens que, reconhecendo a importância do tema, o defendem em suas propagandas eleitorais¹⁴.

As candidatas a deputada estadual revelam o mesmo perfil das candidatas a deputada federal e se distribuem entre militantes partidárias, algumas inclusive já com cargos legislativos estadual e municipal, e mulheres que se sobressaíram em atividades profissionais e sindicais. Do grupo de candidatas, apenas uma mulher se identifica totalmente com o feminismo e se propõe ser deputada através de uma agenda feminista. Trata-se de Helena Bonumá, atual vereadora pelo PT em Porto Alegre.

A perspectiva a partir da qual fala Helena Bonumá é a da feminista militante com uma proposta de democracia radical. No seu principal panfleto, diz na capa: "Por um Brasil de Mulheres e Homens Livres e Iguais". Helena trata de incorporar a questão da mulher à luta

¹⁴ O Rio Grande do Sul elegeu pela primeira vez mulheres como deputadas federais. Foram eleitas Esther Grossi do PT e Yeda Crusius do PSDB.

de classe e à luta contra todo tipo de discriminação. Em um panfleto com o título *Quem Faz a sua Cabeça* apresenta sua proposta: "as noites livres, os dias leves, e a fartura para todos, fazer com que a pobreza só exista nos dicionários, que o machismo, que o racismo e tudo mais que divide, oprime, reprime sejam apenas uma página velha no lixo da história da humanidade".

Um posicionamento particularmente interessante de Helena Bonumá, mormente porque raro entre as candidatas, diz respeito ao aborto. Quando lista os direitos pelos quais luta, não cita qualquer tipo de descriminalização do aborto, mas quando descreve em um de seus panfletos a mulher como dominada deixa transparecer posição favorável: "Não temos acesso a métodos anticoncepcionais seguros, somos vítimas da esterilização em massa, da mortalidade materna, do aborto clandestino com seqüelas e mortes e somos atingidas pelo vírus da AIDS em proporções alarmantes".

É interessante observar que, para o conjunto das candidatas ao cargo de deputado, tanto federal como estadual, o tema aborto é praticamente ignorado. Além de Helena Bonumá, que cita as seqüelas deixadas pelo aborto clandestino, apenas outra candidata se refere a ele para pedir explicitamente sua legalização: é a candidata a deputada estadual Vera Guasso, do ultra-esquerdista PSTU. Vera tem um panfleto dirigido às mulheres com o título *Ousar é Preciso*, onde defende abertamente a legalização do aborto. O discurso de Vera estabelece a equivalência entre a dominação da mulher e o capitalismo e quando fala da mulher oprimida dirige-se especificamente à mulher operária. Quando defende a legalização do aborto, deixa claro a forma como percebe a opressão: "Que o aborto deixe de ser crime (descriminalização) e seja legalizado, para a mulher operária é uma questão de vital, pois são estas mulheres que acabam tendo que recorrer a clínicas-açougue clandestinas, sofrendo risco de vida enquanto as mulheres burguesas vão a clínicas particulares extremamente equipadas".

Em que pese seu ideário feminista, Vera Guasso não reconhece na luta das mulheres qualquer independência, enquadrando-a na luta maior pelo socialismo: "Para que nossas reivindicações e lutas resultem na libertação da mulher de sua escravidão milenar, só há uma maneira: é preciso derrotar este sistema que se utiliza da nossa opressão para melhor explorar a classe trabalhadora. É necessário lutar por uma nova sociedade justa, igualitária e democrática, a sociedade socialista".

Entre as 19 candidatas a deputada estadual, além de Helena Bonumá e Vera Guasso, apenas mais uma menciona sua condição de mulher como dominada.

Rosinete Bispo (PT) se apresenta no horário eleitoral gratuito como mulher e negra, tratando de articular estas duas posições de opressão. É interessante a forma como constrói seu texto: “Nós, mulheres, somos excluídas de todos os espaços de poder e decisão política. Sobre tudo nós negras”.

A ênfase do discurso de Rosinete, entretanto, recai no fato de ser negra e não no de ser mulher. Em vários panfletos, figura com o deputado Paim, do PT, também negro.

Quanto às demais mulheres candidatas a deputada estadual apenas três nominam sua condição de mulher, não para reivindicar uma pauta de luta pelos direitos, mas para fazer de sua condição de gênero uma qualidade para ser eleita. A psicóloga e psicanalista Sandra Fagundes (PT), por exemplo, a partir de um discurso com pretensões pós-modernas, coloca entre suas propostas a de “imprimir um jeito feminino de legislar”. Esta é a típica forma de articular a sua própria condição de mulher sem estabelecer qualquer compromisso com o conjunto de lutas que se concretizam nos direitos do seu sexo. Apesar de embalagem distinta, *slogans* como este estão muito próximos da tradicional mulher que se coloca como a dona-de-casa e mãe que também tem um jeito feminino de fazer política.

Ainda em relação às candidatas a deputada estadual, vale apontar Maria do Carmo Bueno, do PPR, a mais popular delas. Apresentadora de um programa local de televisão de grande audiência, Maria do Carmo na verdade foi a grande âncora dos candidatos de seu partido, tendo aparecido em todos os programas dedicados às eleições proporcionais ao longo dos dois meses. Elegante, charmosa e com grande domínio de televisão, a candidata tornou-se a grande esperança de voto do partido. Sem um discurso próprio, usou o tempo na televisão para defender o partido, suas administrações passadas e suas propostas. Maria do Carmo usou a imagem de mulher sem nunca enunciá-la¹⁵.

A partir das características descritas ao longo deste artigo é bastante difícil imaginar o tipo de atuação que estas mulheres candidatas terão quando e se eleitas. Fora as feministas que através da militância no movimento chegaram à política e que são uma minoria entre as candidatas, as demais mesmo que tenham articulado questões referentes aos direitos da mulher seguramente estarão mais inclinadas a se envolver nas discussões dos grandes temas nacionais do que se identificar com as lutas das mulheres.

Mesmo considerando tal realidade, o cenário da política nacional estará modificado pela presença feminina mais forte. As consequências deste novo

¹⁵ Foram eleitas para a Assembleia Legislativa Luciana Genro, do PT, Maria Augusta Feldeman, do PSB, Jussara Cony, do PC do B (reeleita), todas três pertencentes à Frente Popular. Também foi eleita Maria do Carmo Bueno, do PPR, com a segunda maior votação do Estado. Nenhuma destas mulheres articulou qualquer questão relacionada com os direitos da mulher.

quadro não podem ser descritas *a priori*, mas certamente pode-se dizer que potencialmente os movimentos de mulher e/ou feminista terão maior possibilidade de interlocução no interior do campo da política institucional. No Senado, certamente haverá uma mulher que um dia já se apresentou como sendo "mulher, negra e favelada". É bastante provável que o país tenha a primeira governadora de estado. Na Câmara de Deputados a bancada crescerá significativamente. O Rio Grande do Sul, por exemplo, está elegendo pela primeira vez deputadas federais. Nos diversos estados, o número de deputadas estaduais ampliar-se-á.

Portadoras ou não das reivindicações dos movimentos feministas, estas mulheres pela sua própria presença já dizem muito dos espaços conquistados pelo sexo feminino na arena política. Por outro lado, seu número ainda pequeno revela que este é um espaço onde as conquistas estão no começo.

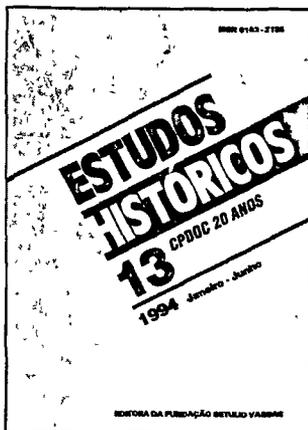
A maioria destas mulheres certamente chegou à vida política por caminhos muito distantes do feminismo como os exemplos mostraram, mas grande parte delas não pode se furtar de incorporar de uma forma ou outra em sua identidade política o simples fato de ser mulher, ou porque se colocaram como esposas e mães, ou porque usaram de sua estética feminina ou porque entenderam que defender as causas do feminismo era estratégico, ou até mesmo por serem feministas.

ESTUDOS HISTÓRICOS

é uma revista semestral cujos números são dedicados a temas específicos.

Os próximos números tratarão de:

*Comemorações (1994/2),
História e região (1995/1) e
Cultura e história urbana
(1995/2).*



**ASSINATURA
R\$ 11,00**

Solicitação

- Assinatura nova de ESTUDOS HISTÓRICOS
- Renovação de assinatura (Consulte nossa Central de Atendimento)
- Alteração de dados cadastrais

Opção de pagamento

- Cheque nominal à Fundação Getúlio Vargas
 - Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil, agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
 - Cartão de crédito
 - VISA AMERICAN EXPRESS CREDICARD
- Cartão Nº Validade

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo 190 6º andar Rio - RJ CEP 22253-900

Central de Atendimento ao Assinante - ☎ (021) 5510698, Fax (021) 5517801

NOME

CONTATO

ENDEREÇO

CEP CIDADE ESTADO

DDD TELEFONE FAX

DATA ASSINATURA